

O DISCURSO HISTÓRICO SOBRE O SERVIÇO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA SOBRE O QUADRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL (1987-2007)¹

MARIA ISABEL SANTOS

Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia
Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Católica Portuguesa
mirsantos@fch.ucp.pt

Resumo

O trabalho desenvolvido constitui um estudo exploratório acerca do discurso histórico sobre o Serviço Social em Portugal, a partir do quadro de produção científica nacional, entre 1987 e 2007. O discurso em causa (modo de escrita e reflexão sobre a história) não resulta do trabalho produzido pelos historiadores em geral, mas de estudos desenvolvidos por assistentes sociais que indagaram historicamente a sua profissão.

O estudo realizado permitiu evidenciar a necessidade de estabilizar um quadro teórico de referência sobre a natureza do Serviço Social, levando-nos a questionar se a própria história do Serviço Social não poderá carrear elementos para o aprofundamento desta reflexão.

Abstract

The work developed constitutes an exploratory study concerning the historical speech about Social Work in Portugal, departing from the national scientific production between 1987 and 2007. The referred speech (ways of writing and reflect about history) is not the result of the work produced by historians in general, but of studies developed by social workers who had historically inquired its profession.

The study findings allows to point out the need to stabilize a theoretical framework for the nature of Social Work, questioning if the history of Social Work itself wouldn't be able to add elements for deepening this reflection.

O trabalho que realizámos constituiu um estudo exploratório do «modo de escrita e reflexão sobre a história» (discurso histórico) do Serviço Social em Portugal, recorrendo ao quadro de produção científica nacional, desenvolvido entre 1987 e 2007. Para enquadrar teórica e conceptualmente o nosso objecto de investigação, efectuámos uma discussão em torno de três problemáticas: os discursos historiográficos, o campo histórico na actualidade, e a estrutura matricial do Serviço Social. A partir desta tríade teórico-conceptual extraímos chaves interpretativas – questões e hipóteses de investigação, bem como temas e categorias de análise –, que orientaram a recolha e análise empírica dos dados.


Palavras Chave
*Serviço Social,
Discurso histórico
sobre Serviço
Social, Discursos
historiográficos,
Campo histórico
na actualidade*

...

Key Words
*Social Work
Historical speech
on Social Work,
Historiographical
speeches, current
historical field*

O tema dos discursos historiográficos foi orientado, sobretudo, a partir da história enquanto disciplina científica. Uma história sistémica e problematizadora, construída em torno de hipóteses previamente enunciadas e de análises em profundidade, contrariamente à mera ordenação factual e perspectiva descritiva. Direcionámos o nosso enfoque para as tendências da Nova História (história-problema), no pressuposto que este seria o discurso predominante nas pesquisas sobre a história do Serviço Social em Portugal, dado o período em que os estudos que nos servem de base foram realizados.

A reflexão sobre o campo histórico na actualidade coloca o problema da relação entre fragmentação e totalidade da história, enquanto campo de conhecimento. Os recortes são operações simplificadoras do campo histórico, que permitem ao investigador focalizar determinadas dimensões da realidade social. Este procedimento é admissível, desde que a noção de história global, total ou sistémica esteja sempre presente. Adoptámos a tipologia do campo histórico proposta por Barros (2004, 2005), e colocámos como hipótese que a História



Social – no que respeita aos «modelos e mecanismos de organização social» e, sobretudo, às «diferenças e desigualdades sociais» – teria sido privilegiada nos estudos sobre a história do Serviço Social em Portugal.


Quanto à estrutura matricial do Serviço Social, concluímos tratar-se de uma problemática pouco desbravada sob o ponto de vista teórico. De acordo com a literatura a que acedemos, poucos foram os autores que se debruçaram sobre este objecto de estudo, ainda em construção. Perante as (escassas) perspectivas possíveis, posicionámo-nos no quadro de leitura de Andrade (2001), que concebe o agir do assistente social a partir de um «(...) espaço relacional, na medida em que se estrutura e corporifica através da comunicação e participação dos elementos que compõem o [seu] campo (...)» (Andrade, 2001: 164): o próprio assistente social, os destinatários da intervenção, e a organização/instituição. Na proposta desta autora, o contexto sociopolítico e económico não aparece como elemento imprescindível à estruturação do campo do Serviço Social. Em contrapartida, os estudos analisados acentuam-no em particular, como discutiremos adiante.

De salientar que os quadros teóricos seleccionados mostraram-se fecundos, mas nem todos os dados recolhidos respondem às questões de investigação, ou se enquadram nos temas e categorias de análise que formulámos inicialmente. Todavia, fornecem elementos fulcrais para suscitar novas interrogações, e até mesmo para responder a outras questões que foram emergindo da análise do material empírico.

A institucionalização do Serviço Social em Portugal, enquanto profissão, ocorreu em 1935, com a abertura do Instituto de Serviço Social de Lisboa. Viemos encontrar o primeiro documento de reflexão historiográfica sobre esta profissão cinco décadas mais tarde, com data de 1987. No mesmo ano, deu-se início ao primeiro programa de estudos pós-graduados em Serviço Social no país, através de um convénio estabelecido entre o ISSSL e a PUC-SP. Tornava-se inevitável questionar e problematizar (o passado) do Serviço Social em Portugal.

O conhecimento histórico apresenta-se como uma forma de interpretarmos o nosso o próprio presente, através do processo a que o historiador L. Febvre designou por «função social do passado». Enquanto tal, os acontecimentos do passado do Serviço Social são seleccionados e valorizados, de acordo com os interesses e as necessidades contemporâneas. De entre as motivações para tornar o Serviço Social num objecto de estudo histórico, sobressai nos estudos analisados a «legitimação do presente pelo resgate do passado». Este intuito reflecte a ambiguidade que caracteriza, desde sempre, o espaço profissional ocupado pelo Serviço Social, característica que lhe confere uma posição pouco consensual e ainda contestada, no seio das outras profissões sociais.

O resgate do passado é justificado pela necessidade de avaliar, no presente, o espaço que o Serviço Social pode ocupar na sociedade portuguesa, ou ainda pela premência em dar visibilidade à história do Serviço Social, porquanto a profissão procura uma nova legitimação das suas práticas, a par de outros interventores sociais. Podíamos alegar que as incertezas perante o espaço profissional do Serviço Social, em termos do seu lugar na sociedade, foram sendo gradualmente colmatadas, através dos estudos pós-graduados de Serviço Social em Portugal. Porém, os dados recolhidos deixam antever que a necessidade de legitimar a profissão no presente, através do resgate do seu passado, encontra-se espelhada tanto no estudo mais antigo do nosso universo de análise, como no mais recente. Por outras palavras, existe um conjunto de incertezas face ao Serviço Social que insiste em permanecer sem respostas concludentes.



Em termos de acontecimentos destacados sobre o passado da profissão, predomina o processo de «construção do conhecimento do Serviço Social». Ou seja, a análise histórica de um domínio da profissão que, actualmente, alimenta muitas discussões e outros tantos desacordos, nomeadamente sobre a existência (ou não) de um corpus teórico-conceptual próprio. É significativo que os investigadores partilhem da nossa preocupação em marcar a cientificidade do Serviço Social. A literatura a que acedemos mostra que, ainda hoje, o Serviço Social anseia demarcar com maior precisão a sua estrutura matricial, sendo este um assunto escassamente desbravado sob o ponto de vista teórico.

Segundo entendemos, não é possível estudar – historicamente ou com quaisquer outros propósitos – a construção do conhecimento do Serviço Social, sem antes delimitar e fundamentar com consistência científica a estrutura matricial desta profissão. Como tal, ainda que um número significativo de fontes documentais manifeste a aspiração (legítima) de se debruçar sobre a construção do conhecimento do Serviço Social, quando se depara com o «vazio teórico-conceptual» sobre a matriz da profissão, acaba enredando por domínios contíguos ao previsto inicialmente.


Talvez reflexo deste «vazio teórico-conceptual» sejam as (in)definições de Serviço Social, na sua maioria implicitamente adoptadas, para conduzir as pesquisas sobre a história desta profissão em Portugal. Porém, a construção do discurso histórico sobre esta profissão não tem que assentar, necessariamente, numa definição prévia de Serviço Social.

Contrariamente ao esperado, os investigadores não iniciaram as suas pesquisas pela definição e delimitação, com precisão, sobre o que tomariam como objecto de estudo. Os dados recolhidos revelam a presença de definições de Serviço Social fragmentadas, na sua maioria implícitas, e até mesmo de indefinições/incertezas explicitamente assumidas. A haver uma constante, ela diz respeito ao Serviço Social como “prática profissional”.

Mas esta «não explicitação» poderá transcender uma provável insignificância conferida pelos investigadores à necessidade de definir e delimitar o Serviço Social, antes de tomá-lo como objecto de estudo histórico. Lembremos o «vazio teórico-conceptual» existente sobre a matriz desta profissão. Recapitulemos as permanentes discussões, nomeadamente ao nível internacional, para apurar uma definição de Serviço Social capaz de congrega todos os seus elementos constitutivos essenciais. Que poderíamos esperar, se não que tais ausências e indefinições se reflectissem no quadro nacional da produção científica sobre (a história) (d)o Serviço Social?

A bibliografia consultada mostra-se em desacordo quanto a existência de um campo profissional específico do Serviço Social. Alguns autores conferem ao Serviço Social um campo profissional distintivo, enquanto outros negam a sua especificidade, posicionando-o no universo genérico das profissões sociais. O nosso universo de análise espelha uma discussão ainda sem desfecho, onde o relacionamento entre ciências sociais e Serviço Social permanece confuso, sem que na sociedade se tenha demarcado completamente o Serviço Social de outras modalidades de intervenção que acompanharam de perto a sua génese, emergência e institucionalização.

As definições de Serviço Social (ausentes) nas fontes documentais, e a (inexistente) demarcação do Serviço Social face a outras modalidades de intervenção social, são silêncios que merecem ser interrogados. Não foi o resgate do passado do Serviço Social uma das estratégias adoptadas para legitimar e demarcar com precisão o espaço que a profissão ocupa actualmente na sociedade? É certo que o desenvolvimento da profissão, em termos científicos, não se encontra



consolidado. De qualquer forma, será que duas décadas (1987-2007) não foram suficientes para começar a disseminar uma representação mais científico-profissional do Serviço Social? Ou será que uma representação desta natureza não faz sentido, face ao quotidiano real e efectivo do assistente social?

A análise dos dados revelou que algumas décadas mais remotas apresentam-se escassamente exploradas, quando comparadas a outras. Falamos, em termos concretos, do período de génese e emergência do Serviço Social em Portugal – anterior a 1930 –, e das décadas de 1940 e 1950. É certo que as décadas mais recentes (1980 e 1990) são, efectivamente, as menos estudadas em termos da história do Serviço Social em Portugal. Porém, consideramos esta situação aceitável, visto serem as duas décadas que mais se identificam com a «história imediata», ou com a «história do tempo presente», mostrando-se menos susceptíveis de integrar o recorte temporal de uma pesquisa histórica. O mesmo não acontece quanto às décadas mais longínquas, se pensarmos no número (em declínio) de interlocutores privilegiados que nos podem contar a história da profissão, «conjugando os verbos na primeira pessoa».


Já a década de 1970 surge nitidamente em destaque, sendo a mais explorada em termos da história do Serviço Social em Portugal, sobretudo em pesquisas mais recentes. A situação política e ideologicamente conturbada que caracteriza esta década, marcada por grandes transformações sociais ligadas à modernização económica, à emigração em larga escala para a Europa, à guerra colonial e ao seu impacto na sociedade portuguesa, e à Revolução Democrática de Abril de 1974, constitui cenário de eleição para os investigadores.

Quando na exploração bibliográfica nos deparámos com o quadro de leitura de Andrade (2001) – que se debruça sobre o núcleo/corpus peculiar do Serviço Social – este pareceu-nos interessante e adequado, face aos nossos propósitos. Porém, os dados encontrados nas fontes empíricas não convergem para esse mesmo quadro de leitura. Ou seja, os estudos que compõem o nosso universo de análise não pretendem indagar historicamente o processo relacional que caracteriza o agir do assistente social, a partir da «(...) rede de comunicações que se estabelece entre os diferentes protagonistas que integram o campo de intervenção [do Serviço Social] (Andrade, 2001: 164) : o assistente social, os destinatários da intervenção, e a organização/instituição.

Efectivamente, acreditamos ser possível realizar um estudo histórico do Serviço Social a partir da proposta desta autora, mas não podemos exigir que este, ou outro, sejam o quadro de leitura adoptado pelos investigadores para conduzir as suas pesquisas. Por outro lado, se nele insistíssemos, correríamos o risco de cair naquilo que L. Febvre considerou o «pecado máximo do historiador: o anacronismo». Interpretar o quadro de produção científica sobre a história do Serviço Social em Portugal, a partir de um modelo teórico-explicativo com data posterior à maioria dos estudos considerados no universo de análise, seria ignorar a historicidade desse mesmo quadro teórico.

A formação profissional, os sectores de intervenção e as práticas profissionais são, nitidamente, os domínios mais estudados em termos da história do Serviço Social em Portugal. Como domínios menos explorados, encontramos o associativismo e a identidade profissional. Os domínios identificados mostram que, em termos do estudo histórico dos protagonistas do campo do Serviço Social, há uma nítida ênfase no «assistente social», em detrimento dos destinatários da intervenção e das organizações/instituições de suporte.

Do modo como perspectivamos o agir profissional, os destinatários da intervenção são o actor mais significativo do campo do Serviço Social. Estes são «(...) socialmente determinantes na



existência do assistente social, enquanto profissional, e na existência de algumas instituições sociais ou de alguns serviços (...) (Andrade, 2001: 172). «A situação-problema vivenciada pelos destinatários da intervenção(...), bem como a rede de relações particulares, processuais e estruturais envolvidas [no campo], constituem o objecto de trabalho próprio do Serviço Social (*ibidem*).


O ser utente não deve ser entendido como um estado, mas antes como um processo. As pessoas tornam-se, agem como, e afastam-se de ser utentes do Serviço Social (cf. Payne, 2002). Esta poderá constituir uma hipótese de investigação futura, em termos da história do Serviço Social em Portugal. Falamos, em termos concretos, do processo de construção social de utentes, ao longo dessa história – a forma como os utentes trouxeram consigo o “mundo” para o campo do Serviço Social, mudando o assistente social, a natureza da intervenção social e, por sua vez, a própria instituição.

Em termos de recorte temporal, a década de setenta apresenta-se como a mais estudada face ao conjunto de domínios do Serviço Social identificados, sobretudo ao nível da formação profissional, dos sectores de intervenção e das práticas profissionais. Em contrapartida, assistimos à escassez de estudos sobre as práticas profissionais na década de 1930, sobre este domínio e o dos sectores de intervenção na década de 1940, e sobre ambos os domínios anteriores e a formação profissional na década de 1950. A este cenário acresce a inexistência de estudos sobre associativismo e identidade profissional, entre as décadas de 1930 e 1950.

De destacar que a esfera dos domínios com que o historiador observa a realidade é a parte mais flutuante, diversificada e mutável do caleidoscópio historiográfico (cf. Barros, 2004). Para além dos que foram identificados nas fontes documentais haverá, com certeza, outros domínios do Serviço Social por explorar historicamente. Este pressuposto é válido para o período que medeia as décadas de 1930 e 1990. Porém, o resgate do passado do Serviço Social, qualquer que seja o domínio específico, é prioritário nas décadas mais remotas, onde testemunhos orais e fontes textuais correm maior risco de se perderem no tempo.

Para delimitar o seu objecto de estudo, a maioria dos investigadores realizou um «recorte institucional» – focalizando instituições de formação em Serviço Social –, ou então um «recorte sectorial» – centrando-se em sectores profissionais do Serviço Social. A distribuição de pesquisas históricas por instituições de formação não se revela uniforme, sobressaindo o Instituto de Serviço Social de Lisboa. Existe grande disparidade entre o nível de exploração histórica das várias instituições de formação, sendo o caso mais flagrante a Escola Normal Social de Coimbra – com apenas um estudo –, precisamente por se tratar da segunda escola de Serviço Social mais antiga do país, datando de 1937.

No que concerne aos sectores profissionais do Serviço Social, identificámos apenas três recortes distintos: o sector da habitação social, na Câmara Municipal de Lisboa; o sector da saúde, no Instituto Português de Oncologia (Lisboa), e o sector da educação, no Serviço Social Escolar da zona centro do país. Os recortes sectoriais também se focalizam na área geográfica de Lisboa, o que vem evidenciar novamente a necessidade de “descentralizar” o estudo da história do Serviço Social em Portugal, sob pena de enviesar o conhecimento desta realidade. A destacar que os sectores profissionais onde as primeiras assistentes sociais portuguesas exerceram a sua profissão ainda não foram estudados, tornando-se urgente proceder ao seu resgate histórico. Refira-se, a título exemplificativo, o Bairro da Quinta da Calçada, o Hospital Júlio de Matos, e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instituições que empregaram pela primeira vez uma assistente social em 1940, 1942 e 1944, respectivamente ².



Constatámos ainda uma grande riqueza e diversidade nas fontes documentais utilizadas pelos investigadores. Apenas para exemplificar, temos monografias e relatórios de estágio de alunos de Serviço Social; planos de estudo, programas e sumários das aulas de Serviço Social; correspondência oficial das escolas de Serviço Social; periódicos de Serviço Social; e documentos internos de instituições e/ou serviços que empregaram assistentes sociais. A maioria dos estudos recorre a fontes documentais, mas realiza entrevistas complementares, a fim de enriquecer a informação recolhida. Os entrevistados têm sido assistentes sociais, profissionais considerados interlocutores privilegiados do passado da profissão, e ainda utentes do Serviço Social.


A década de setenta é aquela que tem sido indagada a partir de fontes históricas mais diversificadas. Já a realização de entrevistas tem sido negligenciada, nos estudos que têm por recorte temporal as três primeiras décadas do Serviço Social português – 1930, 1940 e 1950. É incontestável que o conhecimento sobre o passado mais longínquo do Serviço Social em Portugal tem sido construído, sobretudo, a partir de fontes documentais. Ou seja, a história textual tem predominado sobre a história oral, justamente nas décadas em que é progressivamente mais difícil encontrar actores da história do Serviço Social vivos e actuates. Negligenciar os depoimentos desses protagonistas seria uma perda irreparável, já que os seus testemunhos orais surgem como fonte privilegiada. Enquanto estratégia de investigação futura, a história oral é uma hipótese não apenas possível, como também urgente e necessária.

No que concerne aos critérios que têm norteado as periodizações na história do Serviço Social em Portugal, prevalecem os que transcendem a dinâmica intrínseca da profissão. Falamos, essencialmente, de critérios que se prendem com o contexto político e ideológico da sociedade portuguesa.

É certo que «no campo da intervenção, o assistente social é um profissional que ocupa espaços organizacionais, (...) circunscritos pela divisão social e técnica do trabalho numa dada sociedade, a partir dos quais desenvolve a sua acção» (Andrade, 2001: 166). Também é facto que os vários percursos históricos do Serviço Social, e as suas «relações com outros grupos ocupacionais e instituições sociais, definem a sua natureza como ocupação» (Payne, 2002: 34). Essa natureza muda em resposta às mudanças societárias. Como tal, o conhecimento e as ideias que os assistentes sociais utilizam também respondem, entre outras, às mudanças políticas, ideológicas e sociais. Em suma, o contexto específico de uma sociedade constitui condição necessária e determinante, na estruturação do campo do Serviço Social.

Porém, na delimitação das fases históricas do Serviço Social português, as alterações na estrutura interna do Serviço Social têm sido subvalorizadas, face às transformações na estrutura socioeconómica e política envolvente. Trata-se de um conhecimento histórico construído, sobretudo, a partir de uma «perspectiva exterior» a esta profissão. Concluindo a partir do quadro teórico de Andrade (2001), no discurso histórico analisado os conteúdos de produção interna do campo do Serviço Social têm sido subvalorizados, face aos conteúdos do contexto social envolvente, conferindo à profissão uma autonomia muito limitada, enquanto campo de acção.

Colocámos como hipótese que a história social teria sido privilegiada nas investigações sobre a história do Serviço Social em Portugal. Todavia, concluímos que nos estudos realizados este papel de destaque não pertence à história social, mas antes à história política. Em termos de enfoque historiográfico, os estudos realizados sobre a história do Serviço Social português raramente incidem na história social, a não ser para contextualizar historicamente a profissão



nos processos socioeconómicos mais abrangentes, de transformação da sociedade portuguesa – industrialização, modernização, colonização, e emigração.

O Serviço Social é uma profissão que lida, desde sempre, com as camadas mais pobres, excluídas, e marginalizadas da população. Enquanto proposta de investigação futura, seria pertinente atribuir maior ênfase à história social – “diferenças e desigualdades sociais” –, e à «história vista de baixo» (history upside down) – preocupada com as grandes massas anónimas e com o «indivíduo comum» –, para interpretar e problematizar o percurso histórico do Serviço Social português, na interação com a evolução da própria sociedade em que este se inscreve.


De salientar que a tipologia do campo histórico adoptada (cf. Barros, 2004, 2005), prioriza alguns enfoques da apreensão da vida e da organização em sociedade. Estamos perante um «esquema aberto», que não esgota todas as dimensões possíveis do viver do homem em sociedade. A «história religiosa» – desconsiderada pelo autor na sua tipologia – mostrou-se um enfoque historiográfico muito presente no discurso histórico sobre o Serviço Social português, enquanto dimensão autónoma, ou em interface com a história social e política.

A história política revela-se o enfoque predominante nos estudos sobre a história do Serviço Social em Portugal. As «relações políticas entre grupos sociais», os «processos políticos» e os «mecanismos de controlo» têm sido indiscutivelmente focados para enquadrar e contextualizar historicamente a profissão. A prevalência deste enfoque historiográfico mostra-se em consonância com o facto da maioria das pesquisas periodizar a história do Serviço Social com base nas transformações políticas e ideológicas, ocorridas na sociedade portuguesa. Esta orientação decorre das «instâncias da realidade social» que foram enfatizadas, durante a interpelação do objecto de estudo histórico.

No século XIX, o desenvolvimento do fenómeno de pauperização em massa, durável e permanente, associado aos processos de industrialização, urbanização e a novas formas de socialização, conduziu a uma crescente necessidade de intervenção do Estado. Tornou-se necessário submeter os indivíduos a uma nova ordem social estável, sendo este o contexto em que foi definido o Serviço Social (cf. Howe, 1996). Afirmações como esta levam a crer que o Serviço Social só adquiriu relevância nas sociedades industrializadas ou em vias de industrialização, onde foram institucionalizados serviços, nomeadamente a partir do Estado. Sob esta perspectiva, é compreensível que os estudos analisados coloquem em evidência a instância política e ideológica, na interpretação do percurso histórico do Serviço Social em Portugal.

Mais compreensível se torna, se tivermos em consideração que a institucionalização e o desenvolvimento da profissão em Portugal ocorreram, inicialmente, num contexto histórico fortemente marcado pelo quadro de orientação política autoritária do Estado Novo. Porém, não podemos deixar de questionar se a ênfase atribuída a determinadas «instâncias da realidade social» – política e ideológica – será suficiente, para traduzir a complexidade da história e da identidade do Serviço Social português.

Identificámos algumas funções atribuídas ao Serviço Social, em determinados momentos do seu percurso histórico em Portugal. Estas revelam uma orientação/perspectiva de Serviço Social igualmente marcada pelos enfoques sociopolítico e ideológico. Entre os anos trinta e o início da década de 1950, o Serviço Social é nitidamente associado, pelos investigadores, a um mecanismo de regulação social do Estado, cujas funções passam pela integração do indivíduo



na sociedade e pela reprodução da ordem social vigente. Esta definição de funções por relação ao Estado acaba por diluir a identidade profissional do Serviço Social nos propósitos de um poder instituído.

Num quadro contextual onde o Estado detém um papel peculiar – corporativista e autoritário –, não é de estranhar que a dinâmica intrínseca/própria do campo do Serviço Social (e de outras profissões) fosse mais restrita, comparativamente à existente em sociedades democráticas. Mas será esta condição suficiente para reduzir drasticamente a autonomia do campo do Serviço Social, ficando este confinado aos desígnios do Estado Novo? Por outro lado, ao fornecer uma determinada orientação/perspectiva de Serviço Social – em que sobressaem funções de «integração», «manutenção» e «reprodução» –, não será que os investigadores o fazem à luz de padrões e concepções actuais do Serviço Social? Não será anacronismo interpretar um período histórico com mais de meio século, a partir de modelos teórico-explicativos contemporâneos? Tudo tem uma historicidade.


De salientar que nenhuma pesquisa se socorreu de um quadro teórico específico do Serviço Social, para problematizar e interpretar o percurso histórico desta profissão. Os (poucos) estudos que adoptaram um referencial teórico debruçaram-se sobre a «sociologia das profissões^Ω, os «processos de profissionalização» ou a «divisão social do trabalho». Concluimos, novamente, que o Serviço Social tem sido interpelado «de fora para dentro», ou seja, a partir de uma realidade que é exterior ao padrão/suporte que o distingue e caracteriza enquanto campo de intervenção... a sua estrutura matricial. Compreensível, se tivermos em conta que a matriz do Serviço Social é um objecto de conhecimento ainda em construção. (Mais uma) Razão pela qual os critérios de periodização da história do Serviço Social em Portugal transcendem a dinâmica intrínseca da profissão e incidem, sobretudo, nas transformações da estrutura socioeconómica e política da sociedade portuguesa.

As pesquisas que adoptam uma problemática orientadora da investigação são também aquelas que formulam explicitamente questões e/ou hipóteses de investigação. O discurso histórico sobre o Serviço Social, construído com base nestas pesquisas, é o que mais se aproxima da “história-problema”. Já o discurso histórico erigido a partir das pesquisas que excluem um quadro teórico de referência, e cujas questões e/ou hipóteses de investigação se encontram ausentes/explicitas – situação presente em cerca de metade do nosso universo de análise –, é o que mais se distancia de uma história problematizadora, na acepção da Nova História.

A escassez de quadros teóricos adoptados também revela uma «não saturação» no estudo da história do Serviço Social em Portugal. As fontes históricas podem presentear-nos com novas respostas, se alargarmos e renovarmos as questões que lhes colocarmos. Indagar o passado da profissão a partir de quadros de leitura inovadores, ou seja, a partir de novas visões explicativas da realidade, conduzirá à formulação de novas questões e/ou hipóteses de investigação e, inevitavelmente, a «maneiras diferentes de contar uma mesma história».

Referências

Andrade, Marília de Carvalho Seixas (2001). *Serviço Social e Mutações do Agir na Modernidade* (Tese de Doutoramento em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).



Barros, José D´Assunção (2004). *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes.

Barros, José D´Assunção (2005). *O Projecto de Pesquisa em História – Da Escolha do Tema ao Quadro Teórico*. Petrópolis: Editora Vozes.

HOWE, David (1996). Surface and Depth in Social Work Practice, in N. Parton (eds.), *Social Theory, Social Change and Social Work – The State of Welfare* (pp. 77-97). London / New York: Routledge,.

Payne, Malcolm (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto Editor

Notas

¹Artigo republicado em 7 de Abril de 2009, com correcção de erros detectados na versão original publicada em Dezembro de 2008.

²Dados recolhidos no âmbito da fase exploratória do projecto de investigação “Ao Encontro da Memória – História do Serviço Social em Portugal”, integrado no Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, da Universidade Católica Portuguesa.